

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

TESE DE MESTRADO EM FINANÇAS

O SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO
UMA ANÁLISE AO DESENVOLVIMENTO DOS SEGUROS

AUTOR: NÁDIA CARDOSO DE ALMEIDA

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR CARLOS MANUEL PEREIRA DA SILVA

CO-ORIENTADOR: MESTRE CARMEN PEREIRA OLIVEIRA

JÚRI: PROFESSORA DOUTORA MARIA TERESA MEDEIROS GARCIA

PROFESSORA DOUTORA MARIA NAZARÉ RALA BARROSO

Maio/ 2011

Resumo

O objectivo deste trabalho é fazer uma descrição da realidade do sistema financeiro angolano dando maior enfoque aos seguros e à banca, pretendemos com o presente trabalho demonstrar a evolução do sector segurador. Este objectivo foi cumprido fazendo uma análise aos principais indicadores do sistema financeiro, mais detalhadamente aos bancos, assim como também uma análise ao funcionamento do sector segurador que envolveu várias seguradoras. No entanto, para mostrar a evolução do sector, usamos as contas de uma seguradora analisando o impacto nos resultados da mesma, caso a produção do ramo automóvel tenha um aumento significativo em 3 anos. Os dados utilizados para este estudo foram também utilizados para fazer uma análise à performance da empresa através de rácios financeiros.

Os resultados obtidos indicam que o sector financeiro angolano tem evoluído bastante e já consegue posicionar-se a níveis de outros mercados. Quanto ao sector segurador podemos observar que também está em crescimento, apesar de muitas empresas crescerem a um ritmo um pouco lento como é o caso da Ensa, empresa objecto da nossa análise. O estudo realizado cumpriu a nossa expectativa ao ver o aumento nos resultados depois do aumento da produção no ramo automóvel.

Palavras-chaves: Sistema financeiro, *Performance*, aumento na produção.

Abstract

The purpose of this study is to describe the reality of the Angolan financial system with greater focus on insurance and banking, with this work we intend to demonstrate the evolution of the insurance sector. This goal was accomplished by doing an analysis of the main indicators of the financial system more closely to banks, as well as an analysis of the functioning in the insurance industry involving multiple insurers.

However to show the development of the sector we used the accounts of an insurance company analysing the impact on the results in case the production of car insurance has a significant increase in three years. The data used for this study were also used to analyse the performance of the company through financial ratios. The results indicate that the Angolan financial sector has evolved significantly and now can position itself to levels of other markets. As for the insurance sector we can also observe that it is growing, though many companies are growing at a slow pace, for example Ensa subject of our analysis. The study fulfilled our expectation to see the increase in earnings after the increase in production in the car sector.

Keywords: Financial system, Performance, increase in the production.

Agradecimentos

O fim de um trabalho é sempre um momento especial, que marca o fim de uma longa etapa cheia de desafios. Estou especialmente agradecida ao Professor Carlos Pereira da Silva por ter aceitado o meu pedido para orientação dessa tese, gratidão imensa endereça-se também a minha co-orientadora Mestre Carmen Oliveira pelos conselhos, dedicação, pareceres críticos, e encorajamento, pelo tempo que foi concedido.

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, pela sabedoria, e amizade, sem eles não seria possível a conclusão desta etapa da minha vida.

Ao casal Odete e Júlio por toda boa vontade, carinho e dedicação. Agradeço aos meus amigos e colegas, a Bruna, a Raquel, o Silvestre, o Paulo, a Nayol, o Victor. Finalmente aos funcionários do ISS pelo apoio, em fim para aqueles que directa ou indirectamente prestaram com boa vontade o seu caloroso apoio.

Índice

Resumo	2
Abstract	3
Agradecimentos	4
Índice	5
Lista de Tabelas	7
Lista de Figuras	8
Lista de Abreviaturas	9
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO	11
2.1 - Origem e evolução do sistema financeiro angolano	11
2.2 – Principais indicadores do sistema financeiro angolano	16
2.3- Desenvolvimento do sector bancário	18
2.4-Riscos mais frequentes a actividade bancária angolana	20
2.5- O sistema de Basileia II	24
3.1- Breve historial dos seguros em Angola	25
3.2- Importância do seguro na economia	27
3.3- Mercado vida e não vida	28
3.4- Evolução da composição das companhias de seguro em Angola	28
3.5-Análise do ambiente de risco do sector segurador angolano	31
3.6- Ética no mercado segurador angolano	33
3.7 -Análise dos factores sociais e culturais	35
3.8- Requisitos de capital e legislação aplicável a actividade seguradora	36
3.9- Competitividade no sector segurador angolano	37
3.10- Importância da supervisão e do resseguro em Angola	38
3.11-Solvência II	39
3.12-Estudo comparativo da actividade seguradora nos países da região da SADC	40

3.13- Formas de aprofundamento das parcerias entre empresas seguradoras da CPLP	41
3.14-Limitação para novos produtos no mercado segurador angolano	42
3.15- Caracterização da ENSA e evolução depois do fim do monopólio	43
3.16- Perspectivas futuras do sector segurador angolano	44
CAPÍTULO IV- ANÁLISE DOS RESULTADOS DA SEGURADORA ENSA POR AUMENTO DA PRODUÇÃO NO RAMO AUTOMÓVEL	45
4.1- Conclusões do estudo	48
4.2 -Limitações do trabalho	49
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

Lista de Tabelas

Tabela I	16
Alguns Indicadores do Sistema financeiro	16
Tabela II	19
Indicadores de eficiência Angola	19
Tabela III	19
Indicadores de Rendibilidade	19
Tabela IV	29
Indeminizações das 3 maiores seguradoras de Angola	29
Tabela V	29
Prémios de Seguro directo das Seguradoras angolanas até 2006	30
Tabela VI	41
Alguns indicadores da actividade seguradora nos países da SADC/2006	41
Tabela VII	45
Produção 1º semestre 2010	45
Tabela VIII	46
Estimativa do crescimento no ramo automóvel	46
Tabela IX	49
Resultado líquido depois do aumento da produção	49

Lista de Figuras

Figura 1- Evolução do PIB	17
Figura 2 Inflação	18
Figura 3- Evolução dos prémios Totais de Seguro Directo	31

Lista de Abreviaturas

AAA- Angola Agora e Amanhã

BAI- Banco Africano de Investimento S.A

BCA- Banco Comercial Angolano S.A.R.L

BCGTA- Banco Caixa Geral Totta e Indústria S.A.R.L

BCI-Banco de Comércio e Indústria

BESA-Banco Espírito Santo Angola

BFA- Banco Fomento Angola S.A.R.L

BMA-Banco Millennium Angola S.A.R.L

BNA- Banco Nacional de Angola

BPC- Banco de Poupança e Crédito

ENSA- Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola

ISS- Instituto de Supervisão de Seguros

SADC- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SOL- Banco Sol

Keve- Banco Regional do Keve S.A.R.L

U A- União africana

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O sistema financeiro internacional vem sofrendo inúmeras transformações implicando não só uma maior operacionalidade do sistema, mas também maior diversidade de operações a serem desenvolvidas pela actividade financeira procurando-se assim satisfazer os desafios de uma economia em mutação permanente. Cada sector por sua vez contribui de maneira substancial e diferente para o desenvolvimento do sistema financeiro. Por conseguinte a banca e os seguros representam grandes intervenientes no mercado financeiro. É nesta ordem de ideias que surge o seguinte tema: O sistema financeiro angolano, uma análise ao desenvolvimento dos seguros. A mutação das economias, é acompanhada de riscos e estes podem ser controlados pelo sector segurador. O sector segurador afigura-se como um sector importante na economia, daí a importância capital de supervisão que implica controlo de riscos devido ao seu elevado grau de complexidade.

O objectivo da dissertação numa primeira fase é fazer uma descrição do sector financeiro angolano, envolvendo os seus principais indicadores. Posteriormente analisar alguns dados do sector segurador usando o balanço e demonstração de resultados da Ensa para calcular a *performance* da empresa. Utilizando os dados da Ensa no período 2003 a 2006, conhecendo alguns dados de 2010, estimamos os anos em falta e projectamos o balanço e demonstração de resultados da empresa até 2013, com base no aumento de produção do ramo automóvel. Este trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão ou conhecimento da realidade do sistema financeiro angolano, dando maior enfoque aos bancos e aos seguros.

A dissertação encontra-se estruturada por 4 capítulos., O primeiro capítulo a introdução, o segundo capítulo retrata a origem e evolução do sistema financeiro angolano, dando principal ênfase ao sector bancário fazendo uma descrição dos riscos que o mesmo apresenta. No capítulo três é apresentado um historial da origem e da evolução dos seguros em Angola, este ponto envolverá um estudo de alguns dados segundo o qual podemos notar a evolução do sector, bem como a sua importância na economia. Ainda dentro deste capítulo abordamos os riscos deste sector, a competitividade, a importância de supervisão no mesmo, assim como perspectivas futuras para o sector. No capítulo quatro é feita uma análise com base no balanço e demonstração de resultados da Ensa a segunda maior seguradora de Angola. com dados de 2001 a 2006, usamos os mesmos para fazer uma estimacção até 2010, posteriormente uma projecção dos dados estimados até 2013.Essa projecção foi feita com base no aumento da producao da Ensa tendo em conta a obrigatoriedade do seguro automóvel a partir de Fevereiro de 2010. Por último apresentamos as conclusões do estudo, as limitações e conclusões do trabalho.

CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

2.1 - Origem e evolução do sistema financeiro angolano

O sistema financeiro angolano teve a sua origem praticamente em 1865, quando surgiu o primeiro estabelecimento bancário que começou a funcionar em Agosto do mesmo ano, no entanto era apenas uma sucursal do Banco Nacional Ultramarino, com o surgimento do mesmo teve iniciada a actividade bancária. A 14 de Agosto de 1926 foi

criado o Banco de Angola com sede em Lisboa. Até 1957 o banco de Angola deteve o exclusivo comércio bancário em Angola, até ao surgimento do Banco Comercial de Angola, que era somente de direito angolano.

Para melhor entendimento da evolução do sistema financeiro os pontos essenciais foram organizados em três fases:

- **Primeira fase de 1976- 1997**
- **Segunda fase de 1998- 2000**
- **Terceira fase de 2000- 2009**

A primeira fase de 1976-1997

Foi através da lei nº 67/76, pelo qual foi confiscado o activo e passivo do Banco de Angola, tendo-se cessado todas as funções relativas a sua actividade na República Popular de Angola assim sendo, aos 10 de Novembro de 1976 foi criado o Banco Nacional de Angola (BNA) em todos os seus compromissos internos e externos, nesta mesma lei foi igualmente aprovada a lei orgânica do BNA.

Nos termos da referida lei, o BNA tinha por funções fundamentais as do Banco Central e função de banco comercial, estando sob a supervisão do Ministério das Finanças, só através da lei 4/78 de 25 de Fevereiro é que a actividade bancária passou a ser exclusivamente exercida pelos bancos do Estado. Na sequência das reformas políticas e económicas iniciadas no fim da década de 80 e princípios da década de 90, a comissão permanente da assembleia do povo faz aprovar a lei nº4/91 a 20 de Abril em que no seu preâmbulo dispõem: “o sistema financeiro que vigorava até a publicação da

presente da lei, assentava, praticamente num único banco- o BNA- no qual se fundiam o exercício das funções central, comercial e investimentos.

Foi aprovada a nova lei orgânica do BNA, a mesma surgiu em consequência da nova filosofia económico-financeira nacional que estava reflectida na primeira lei – quadro reguladora das instituições financeiras a lei nº5/91 que foi aprovada a 20 de Abril.

Em consequência da reorganização do sistema financeiro, foi aprovada a 11 de Julho a lei nº6/97.

O novo quadro jurídico entretanto implementado passou a estabelecer:

- 1- A diferença clara entre os mercados monetários, financeiro e cambial, definindo as suas fronteiras mediante a utilização de meios e instrumentos de pagamentos para o efeito.
- 2- A instauração no mercado monetário de dois níveis de pagamento: o circuito primário entre os bancos comerciais (ou agências de BNA em regime de transição) e os agentes económicos no mercado dos bens e serviços, circuito secundário, isto é circuito interbancário entre as agências do BNA, em regime de transição.

Neste contexto o quadro legal para a materialização de um sistema financeiro de dois níveis, passou a apresentar a seguinte estrutura:

- Órgãos de supervisão do sistema: Banco Nacional de Angola (BNA)
- Instituições bancárias: estas abrangiam os bancos comerciais e os bancos de investimentos e/ ou desenvolvimento.
- Instituições especiais de crédito: cooperativas e caixas de crédito e instituições de poupança e de crédito imobiliário.
- Instituições para-bancárias: Sociedades de investimento, sociedades de capital de risco, sociedade de locação financeira, sociedades de *factoring*.

Convém destacar que com base no quadro legal aprovado o Banco Nacional de Angola, passou a ser consagrado como banco emissor e de reserva, banco dos bancos, banqueiro do estado, autoridade monetária, coordenador, orientador, e controlador da política monetária e cambial dos respectivos mercados tendo-lhe assim, consequentemente sido atribuído a função fundamental de assegurar o equilíbrio monetário interno e a solvabilidade exterior da nossa moeda como objecto basilar da sua actividade.

O sistema bancário nacional passou então a ser composto para além do Banco Nacional de Angola por dois bancos comerciais angolanos constituídos sobre a forma de sociedades anónimas de capitais públicos, o Banco de Poupança e Crédito (BPC, ex. BPA), e o Banco de Comércio e Indústria (BCI), e três bancos de capitais estrangeiros. Tudo isso em 1992.

Segunda fase de 1998-2000

De 1997-1999 o governo situando-se no percurso das reformas estruturais para o alcance da construção e estabilidade da economia, colocou mais uma vez a eficiência do mercado financeiro nacional como elemento decisivo para alcançar esse objectivo, tendo deliberado na sua 12ª sessão realizada em 26 de Outubro de 1999, que o Banco Nacional de Angola definisse uma estratégia para evolução do sistema financeiro angolano, uma vez que a mesma se encontrava relativamente desactualizada e dispersa. Esta desactualização decorria essencialmente de dois factores:

- a) A evolução dos mercados monetários, financeiro e cambial e dos respectivos agentes; e

- b) Os direitos e garantias fundamentais consignados na constituição revista em 1992.

Paralelamente e como consequência das reformas legislativas o Banco Nacional de Angola submeteu em 1999, um novo quadro legal, para o conjunto de instituições financeiras que regulasse-se de forma mais sólida o processo de estabelecimento, o exercício da actividade, a supervisão, o saneamento e aplicações de sanções, as instituições de crédito e sociedades financeiras, tendo sido aprovada a lei nº 1/99 em 23 de Abril. Deste modo, o quadro legal para o sistema financeiro e sua transparência passou a apresentar a seguinte estrutura:

- Órgãos de supervisão do Sistema financeiro: Banco Nacional de Angola e Instituto de Seguros de Angola.
- Instituições de Crédito: Bancos, Cooperativas de Crédito e Sociedades de Locação Financeira.
- Sociedades Financeiras: Sociedades de Investimento, de capital de risco, de *factoring*, de gestoras de património imobiliário, de fundos de investimento, fundos de pensões, financeiras de corretagem, sociedades imobiliárias, seguradoras e casas de câmbio.

A actividade seguradora embora seja parte integrante do sistema financeiro e devido a sua especificidade é regulada por lei própria e tutelada pelo Ministério das Finanças.

Terceira fase 2000-2009

Neste período, o desenvolvimento do mercado financeiro angolano registou consecutivas alterações com vista a sua modernização e adequação aos padrões financeiros internacionais e também a necessidade de dar respostas as exigências que caracterizam o dinamismo da economia de mercado.

No âmbito da evolução dos diversos mercados do sistema financeiro de Angola foi instituído o sistema de pagamento de Angola (SPA), com o intuito de supervisionar e regular o sistema de pagamentos interbancário.

Para além da harmonização do sector financeiro nacional com os padrões internacionais de referência do sector, tem sido mobilizados um conjunto de acções multissectoriais com vista a integração regional nos vários domínios do sector financeiro em particular do domínio da modernização do sistema financeiro nomeadamente o bancário, resultante da integração do estado angolano não só na organização da SADC mas como em outras organizações.

No domínio dos mercados esteve em curso um conjunto de acções tendentes a criação do quadro legal específico para instituições financeiras, com vista a adequá-los aos princípios actualmente consagrados. Assim como também abertura da Bolsa de Valores de Angola.

É importante no entanto ressaltar que este panorama actual do sistema financeiro angolano continua em mutação constante.

2.2 – Principais indicadores do sistema financeiro angolano

Tabela I

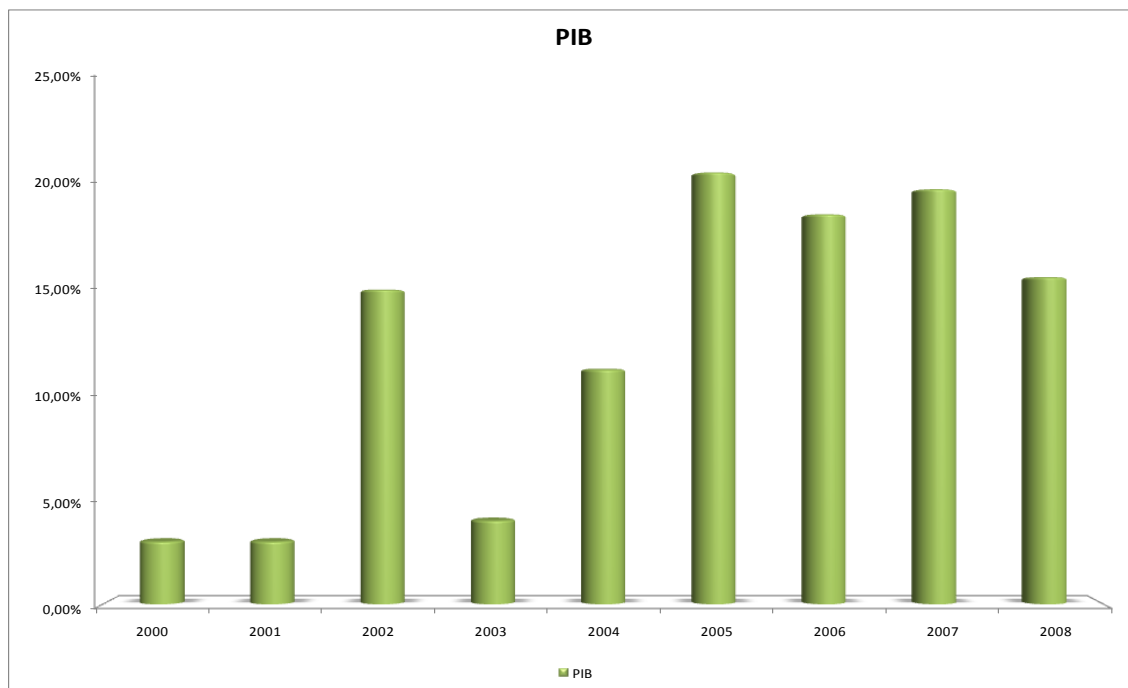
Alguns Indicadores do Sistema financeiro

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB	3,0%	3,0%	15%	4,0%	11,2%	20,6%	18,6%	19,8%	15,6%	
Inflação Acumulada anual		116,06	105,6	76,57	31,02	18,52	12,12	11,78	13,18	14
Crédito por sector de Actv. milhoes de usd		176,374787	547,102311	741,53774	1.103,07	1.668,87	3.472,46	6.289,78	10.957,21	16.764,26
Activos Internos líquidos		-6154,59	14146,06	37958,97	45.226,78	44.352,53	-235.137,94	10.148	616.276,78	1.419.054,75
Activos externos líquidos		47.767,82	93.519,64	142.257,21	224.040,07	386.980,20	923.350,25	1.014.363,72	1.481.174,15	1.228.907,77
Crédito ao Governo Geral		-9.475,74	2.055,82	6.378,90	-22.969,90	-88.598,48	-458.174,47	-425.813,49	-263.216,36	395.657,79
Crédito a Economia		8.072,74	24.674,14	57.978,08	96.697,77	149.415,28	289.331,52	508.550,82	857.560,01	1.332.467,91
Taxas de Redesconto	152%	152%	152%	152%	97%	16%	14%	18%		
Reserva Monetária		18.601,02	38.789,44	70.682,37	104.695,88	182.552,91	265.958,43	461.271,98	495.545,02	849.888,18
Depreciação da moeda nacional c/ relação ao dólar					9.000,20	10.222,40	15.115,30			
Divida externa/mln USD					48,60%	33,80%	39,90%	17,1%	16,7%	
Índice de preços no consumidor	46.283,00	100		475,65		563,79	632,6	707,12	800,34	912,36
Divida Externa /PIB(%)										
Exportações/ em milhoes de usd	7.920,7	6.534,3	8.327,8	9.508,1	13.475,0	24.109,4	31.862,2	44.396,2	63.913,9	
Importação	-2.432,30	-3.315,60	-3.115,10	-5.480,10	-5.831,80	-8.353,20				

Fonte: BNA

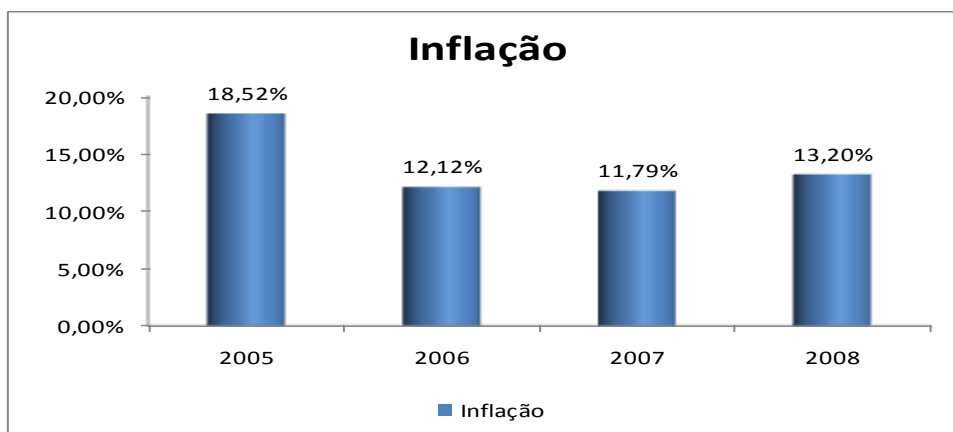
A tabela acima apresenta alguns indicadores do sistema financeiro angolano e de notar aqui o aumento significativo do PIB a partir de 2004 que é ilustrado na Figura 1.

Figura 1- Evolução do PIB



Fonte: BNA

Figura 2 - Inflação



Fonte: BNA

A inflação constitui um indicador importante para a economia, este indicador a partir de 2005 teve um decréscimo muito provavelmente devido às políticas macroeconómicas estabelecidas pelo governo.

2.3- Desenvolvimento do sector bancário

O sistema bancário tem evoluído bastante. Neste momento em Angola existem ¹19 bancos comerciais, os quais são constituídos tanto por capital nacional como por capital estrangeiro.

A eficiência do sector financeiro teve um aumento a partir de 2006, neste mesmo ano a eficiência era de 47,9%, e em 2009 já o valor é de 34,5%, portanto segundo a Deloitte, essa evolução significa que o crescimento do produto bancário foi superior à evolução

¹ Ver anexo nº 1, Lista dos Bancos em Angola

dos custos posicionando o nível de eficiência do sector financeiro angolano ao nível de outros mercados. A Tabela abaixo mostra os dados.

Tabela II

Indicadores de eficiência Angola

Indicadores de Eficiencia Angola						
	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Cost to Income	34,5%	37,7%	44,3%	47,9%	40,1%	40,2%
Custos Operacionais (% Activos)	2,7%	2,9%	3,7%	4,2%	3,8%	5,5%

Fonte: Deloitte

Quanto a *performance* dos bancos, tem aumentando significativamente e podemos notar esse efeito com o rácio *cost to income*. Em relação a 2008 e 2009 destacaram-se os Bancos BAI com 28,3%, o BFA com 29,6%, o BTA com 31,1%, o BIC com 32% e o BESA com 33%. Ver Anexo2.

Em termos de indicadores de rendibilidade a tabela abaixo indica que a rendibilidade tem vindo a diminuir, e tudo indica que 2008 foi um ano melhor para o sistema financeiro angolano, o que nos leva a crer que possivelmente 2009 terá sido um ano afectado pela crise financeira mundial, apesar de ter ocorrido uma redução da alavancagem de 2008 para 2009. Ver Tabela III.

Tabela III

Indicadores de Rendibilidade

Indicadores de Rendibilidade						
	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Margem Financeira	3,6%	4,6%	4,8%	4,2%	5,6%	6,4%
Margem Complementar	4,1%	3,0%	3,7%	4,6%	3,9%	7,3%
Retorno dos Activos Médios (ROAA)	3,4%	3,3%	2,9%	3,1%	4,1%	3,8%
Taxa de Alevancagem	10,6%	13,7%	11,0%	10,7%	10,4%	8,9%
Retorno dos Fundos Próprios Médios(ROAE)	39,9%	41,9%	32,1%	33,2%	42,5%	34,2%

Fonte: Deloitte

É importante também ressaltar outros indicadores que tiveram um crescimento em 2009 com relação a outros anos, tais como o depósito de clientes que passou de 45,4% para 65,1%, de 2007 para 2009.

Indicadores como fundos próprios, depósitos a prazo, as provisões específicas sobre o crédito total, assim como a rendibilidade dos activos médios tiveram um aumento considerável com relação aos anos anteriores. Ver Anexo 3.

2.4-Riscos mais frequentes na actividade bancária angolana

O Risco é um elemento indissociável da actividade bancária, presente nas funções de intermediações básicas, a confiança desde sempre reconhecida como pedra de toque do negócio bancário, encontra-se intimamente ligada a capacidade de gestão do risco. Branco, Carlos (2009). E desta feita vou enumerar alguns dos riscos mais frequentes do sector bancário angolano.

Risco de Crédito- Há vários estudos e definições de risco de crédito, Cabido (1999), Lopes (1997). Este risco diz respeito á possibilidade de pessoas, residentes ou não residentes, singulares ou colectivas, não pagarem integral e pontualmente, quer capital

em dívida, quer juros correspondentes aos empréstimos que lhe foram efectuados. IFBA (2000).

Portanto, este risco é muito frequente e é quase inevitável em qualquer sistema bancário, em qualquer tipo de economia, e em Angola esta situação tornou-se grave tendo em conta que muitas pessoas tendem a furtar-se para cumprir as suas responsabilidades com o banco, alegando que no momento não têm como pagar. Desta feita é importante que os bancos tenham a capacidade de investigar nos negócios aos quais eles se expõem, e devem fazê-lo cada vez mais tendo em conta que, conforme argumenta IFBA, (2006) o principal negócio dos bancos ainda continua a ser a recolha de depósitos e a concessão de empréstimos, e porque os empréstimos continuam a ser a principal fonte de geração de proveitos.

É importante salientar que em Angola a maioria das instituições apresenta um processo de gestão de risco de crédito totalmente centralizado ao nível da decisão das operações de crédito. Deloitte (2009).

Os bancos porém ainda enfrentam obstáculos gigantescos á expansão do mercado para o crédito a prazo. Alguns dos constrangimentos são: a falta de fontes de financiamento a médio e longos prazos, um ambiente institucional desfavorável para garantir a execução do contratos de crédito, e instituições de má qualidade para registo de propriedade facto que mina a disponibilidade colateral para garantir os empréstimos a prazo. Jornal de Economia (2008). Por este motivo o BNA criou o projecto central de informação de risco de crédito para permitir uma maior generalização do acesso ao

crédito e não só, o Governo também tem feito várias campanhas de sensibilização para melhorar o sistema financeiro.

Risco operacional – Está relacionado com as possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gestão e erros humanos. Constitui um dos quatro grandes grupos de risco, ao lado do risco de crédito, risco de mercado e risco legal. Alves e Cherobem (2004).

Segundo Júnior (1996) o risco operacional pode ser dividido em três grandes áreas:

Risco organizacional está relacionado com uma organização ineficiente, administração inconsistente e sem objectivos de longo prazo bem definidos, fluxo de informações internos e externos deficientes, responsabilidades mal definidas, fraudes, acesso a informações internas por parte de concorrentes, etc.

Risco de operações está relacionado com problemas como *overloads* de sistemas

(telefonía, eléctrico, computacional, etc.), Processamento e armazenamento de dados

Passíveis de fraudes e erros, confirmações incorrectas ou sem verificação criteriosa, etc.

Risco de pessoal está relacionado com problemas como empregados não-qualificados e/ou pouco motivados, personalidade fraca, falsa ambição, “carreiristas”, etc.

Tal risco passou então a ter uma melhor monitorização desde o momento que se começou a verificar vários problemas como falências de grandes empresas, e o mesmo

tornou-se um tema mais actual tendo em conta as novas orientações internacionais de Basileia II.

Por seu turno o mesmo representa um risco que os bancos em Angola ainda não conseguem gerir da melhor maneira visto que o relatório da Delloite 2009 informa que ainda não foi iniciada uma gestão sistematizada deste risco.

Risco cambial - É a possibilidade de afectação negativa dos resultados das empresas resultantes da flutuação imprevista das taxas de câmbio.

As razões da instabilidade cambial vêm portanto da instabilidade económica. A, taxa câmbio é um dos preços mais globais da sociedade que está relacionado com todos os muitos factores das transacções externas, absorvendo todas estas perturbações. Neves João (1995). Esse risco tem tido muita expansão fruto da variação constante da taxa de câmbio, portanto aqui exige-se maior rigor nas políticas monetárias e na regulamentação bancária.

A regulamentação bancária tem como objectivo:

Garantir a segurança e a solidez dos bancos, mantendo a confiança doméstica e internacional, protegendo depositantes e preservando a estabilidade financeira e, possibilitar um sistema bancário eficiente e competitivo impedindo fusões e aquisições anti-competitivas para o sector, proteger os consumidores de abusos por parte das instituições de crédito (Oliveira, Veloso 2002).

2.5- O Sistema Basileia II

Origem

O sistema Basileia II surge do aumento e dimensão dos incumprimentos à escala internacional, assim como da insatisfação da utilização modelos tradicionais de avaliação de risco de crédito. Também da necessidade do desenvolvimento da teoria financeira no sentido de aplicar ao risco de crédito metodologias testadas no domínio da gestão da carteira e da avaliação de opções.

Basileia é constituída por III pilares que são:

- 1- Aumentar a sensibilidade dos requisitos mínimos de fundos próprios aos riscos de crédito e cobrir o risco operacional.
- 2- Reforçar o processo de supervisão quanto à suficiência do montante de capital nos bancos.
- 3- Implementar disciplina de mercado com vista a contribuir para práticas bancárias mais sãs e seguras.

O pilar II tem duplo objectivo isto é, assegurar que os bancos possuam um nível adequado de fundos próprios para cobrir os riscos da sua actividade;

Incentivar os bancos a usarem técnicas de medição e de gestão dos riscos cada vez mais avançada.

No entanto é importante dizer que tendo em vista novamente o problema de crises e falências, assim como surgiu o Basileia II está em curso o processo de Basileia III com objectivo de trazer critérios de solvabilidade mais exigentes, tendo em conta as

fragilidades que se verificaram nos mercados financeiros aquando da crise financeira, o excesso de alavancagem financeira. Silva (2010) afirma que com Basileia III² a rendibilidade dos bancos será mais crítica, ou seja obrigará a uma vigilância mais apertada sobre os vários itens do balanço, quer activos quer passivos, e a capacidade de captação de fundos nos mercados de capitais mais difíceis. Os bancos terão portanto, de cortar sobretudo no crédito de médio e longo prazo para melhorar essa situação.

CAPITULO III- ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SEGUROS EM ANGOLA

3.1- Breve historial dos seguros em Angola

Segundo Dilolwa (1997) as relações capitalistas foram-se instalando em Angola a partir dos finais do século XIX. Para toda África sul saariana a conferência de Berlim (1884-1885) é um marco histórico, um ano depois dava-se início à construção do caminho-de-ferro de Luanda-Malange, em 1903 começava a construção do caminho-de-ferro de Benguela e em 1904 e 1904 colocavam-se os primeiros caminhos de ferros em Moçâmedes-Lubango.

Em 1922 surgiu a primeira seguradora em Angola, uma filial da companhia de seguros marítimos ultramarinos. Somente em 1933 por decreto 4-288 da secretaria do

² Segundo ainda Silva esse acordo inclui 3 *tier*, e o primeiro o capital (fundos próprios de base) onde incluirá somente (i) o capital realizado, (ii) certos instrumentos com características estritamente definidas. O segundo (fundos próprios complementares) o mesmo será simplificado, face a actual descrição de fundos próprios complementares. E Terceiro (fundos próprios suplementares) os fundos próprios suplementares para o risco de mercado serão de igual modo cobertos pelos mesmos elementos que outros riscos. E por último os ajustamentos regulamentares deverão ser harmonizados internacionalmente e regra geral, a deduzir ao capital realizado.

estado do Trabalho foi aprovado o regulamento da lei dos acidentes de trabalho para as colónias. No mesmo B.O. Nº1 é publicado também o decreto 5/637 do ministério do trabalho que regulava a organização do seguro social obrigatório, nos acidentes de trabalho e em todas as profissões, e a lei nº 83 do ministério do fomento sobre o direito a assistência clínica, medicamentosa e indemnização para trabalhadores vítimas de acidente de trabalho. O decreto-lei 24041 de 20/06/1934 define as tarifas de acidentes de trabalho, e em 1936 por decreto de lei nº 26484 de 31/03, é criado o grémio dos seguradores uma actividade independente, que geralmente trabalhava com questões ligadas a tarificação. Em 1946 surgem as primeiras sociedades de seguro com sede em Angola e interesses puramente locais, as companhias de seguro “Angola” e “Angolana,” neste mesmo ano estabelece-se também uma filial da companhia de seguros Império.

O mercado continuou em crescimento o que faz surgir novas operadoras, e assim a filial da Tranquilidade em 1952, a autorização de registo da Garantia-África em 1954 e a Mundial de Angola em 1958.

Segundo Domingas Nazaré (2008), no período entre 1969/1972 a actividade de seguro em Angola cresceu cerca de 67%, um incremento que se devia ao dinamismo sempre crescente das sociedades em geral e ao aumento da matéria segurável, fruto do desenvolvimento económico vivido na altura. E para 1972 representou uma taxa de penetração de 1,4%, num mercado formado por 28 companhias, implantadas em 16 distritos e com cerca de 697 espalhadas pelo país, cuja representatividade era em grandes casos possibilitada e assegurada pelo sector comercial.

No final do tempo colonial havia em Angola 26 companhias de seguros sendo 22 portuguesas ou essencialmente portuguesas, e 4 não portuguesas. Das 22 companhias portuguesas somente 8 tinham sede em Angola e era mais ou menos o resultado da fusão do capital português na metrópole com o capital da burguesia colonial. Havia também em Angola 9 instituições de mutualidade assim como uma espécie de segurança social para os funcionários do aparelho do estado. A seguir o Estado confiscou o activo de todas as seguradoras existentes no mercado, fazendo com que a Ensa manteve-se o monopólio do mercado, o que vigorou até o ano 2000.

3.2- Importância do seguro na economia

O sector segurador afigura-se como um sector cada vez mais importante para o sistema financeiro uma vez que existe uma sinergia,³ desta forma ele constitui um pilar decisivo para o desenvolvimento de qualquer Economia, uma vez que os seguros contribuem grandemente para a estabilidade dos mercados de capitais e consequente aumento dos índices de confiança⁴ dos agentes económicos. Ao conseguir a redução da incerteza dos agentes económicos o seguro permite a realização do cálculo económico sem necessidade de atribuir probabilidades aos *cash-flows* futuros. Sem este bem intangível, não será evidentemente possível o futuro. Silva (2000)

³ Silva (2001) Fala da sinergia entre banca e seguros, e acrescenta que os efeitos de sinergia são sumariamente definidos pela afirmação de que "dois mais dois igual a cinco" Por outras palavras combinando duas unidades de negócio separadas ou duas companhias, obtém-se um nível de lucro conjunto que excede a soma dos lucros individuais das duas organizações.

⁴ Cruz (2006) Também acrescenta que o seguro tem como finalidade reduzir a ansiedade ou a incerteza psicológica, e na medida que cumpre esta função tem uma natureza económica.

O sector segurador tem a capacidade de cobrir os riscos pelas quais a sociedade está exposta, tal cobertura eficiente do risco promove o desenvolvimento económico, e permite a melhor utilização dos capitais,⁵ assim como também é uma fonte de geração de emprego directos e indirectos.

Constituí um facto a importância⁶ do sector segurador e dos fundos de pensões em Angola uma vez que vem acompanhado de vários sistemas que tem como objectivo a melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

3.3- Mercado vida e não vida

O Decreto nº 02/02 de 11 de Fevereiro regula o objecto dos seguros de vida.⁷ O seguro de vida segundo Cruz (2006) exerce a função específica de segurança, garantindo às pessoas e as famílias um financiamento que possa remediar as dificuldades resultantes de acontecimentos ligados a morte e invalidez.

O mercado segurador vida em Angola não é tão expressivo, já o mercado segurador não vida é mais abrangente.

3.4- Evolução da composição das companhias de seguro em Angola

⁵ Silva (2000b) também acrescenta que o seguro protege a Economia contra perdas financeiras o que é conseguido agrupando riscos de agentes económicos que estão expostos a riscos semelhantes.

⁶ Segundo Batista (2004) o seguro reduz a necessidade de reservas financeiras. Uma empresa que não faça seguros terá, necessariamente de manter sempre algum dinheiro disponível, para acudir a necessidades imprevistas. Fazendo um seguro contra essas contingências a empresa disponibiliza activos para as operações do dia-a-dia do negócio. E é natural que com empresas mais saudáveis a economia cresça e aumente a qualidade de vida das pessoas.

⁷ Colectânea de legislação de seguros e fundos de pensão (Angola).

Os seguros têm evoluído bastante, fruto da criação de novas seguradoras assim como também da implementação de políticas de seguros obrigatórios, a revisão tributária e fiscal também contribui para isso.

O mercado angolano é composto por 7 seguradoras: A Ensa Sarl; a AAA Seguros Sarl, GA Angola Seguros; a Global Seguros; a Mundial Seguros; a Nossa Seguros, e a Garantia Seguros. E por 6 corretoras e 3 fundos de pensões.

Tabela IV

Indeminizações das 3 maiores seguradoras de Angola

		2002	2003	2005	2006
Indeminizações		M.USD	M.USD	M.USD	M.USD
ENSA	Seguro Directo	1.288.363.035	87.174.976	7.046.958	29.169.491
	Resseguro cedido	4.590.369.836	69.113.537	5.758.402	353.924
AAA	Seguro Directo	1.238.614	3.251.967	172.070.250	341.773.767
	Resseguro cedido	114.728.756	2.787.533	8.799.580	3.063.035
Nossa Seguro	Seguro Directo			0	2.343.495
	Resseguro Cedido			0	86.927

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios do ISS

É possível ver-se nos dados da tabela acima a evolução das companhias de seguros, a Ensa apresenta grande evolução de 2002 para 2003. De acordo com o boletim anual da actividade seguradora e dos fundos de pensões de 2005 a Ensa constitui a empresa com maior crescimento, trabalhando no ramo vida e não vida, apesar do ramo vida não ser tão expressivo.

Tabela V

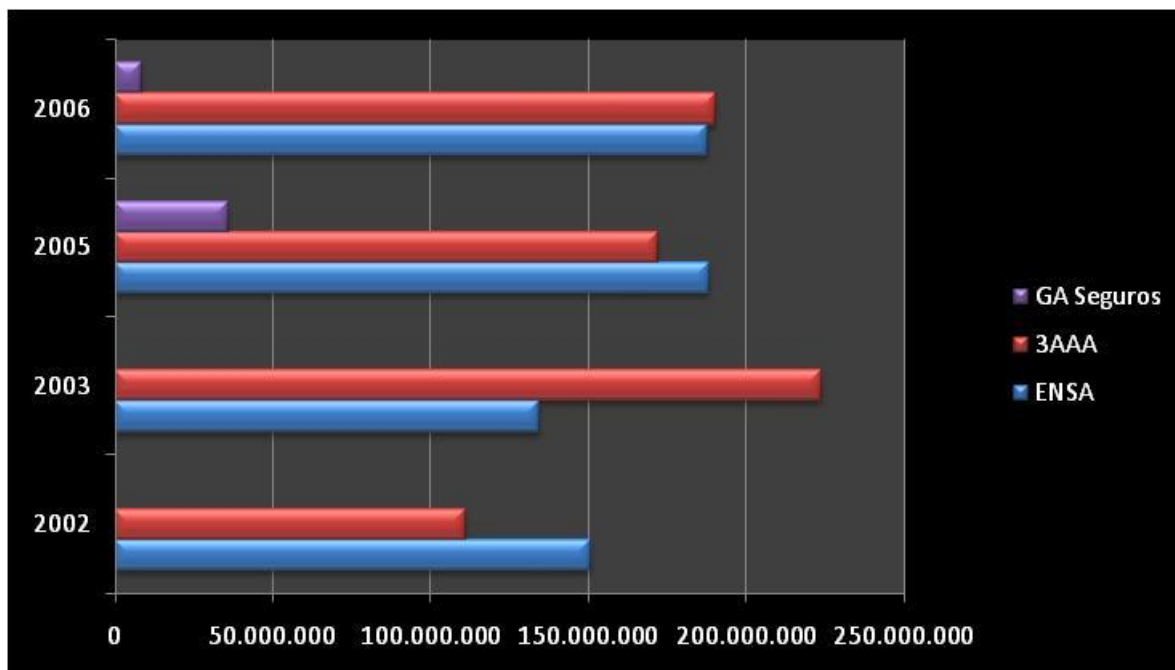
Prémios de Seguro directo das Seguradoras angolanas até 2006

	2006	2005	2004	2003	2002	Tx Cr.(%)
	kz	KZ	KZ	KZ	KZ	2003/2002
Vida	1.414,86	1.509,36	302,5	1.731,9	150	1.053,6
Acidente/Saúde/Viagens	4.099,77	3.218,52	2.487,2	1.818,4	787	131,1
Incêndio e elementos da natureza	2.776,23	630,83	348,8	1.223,9	818	49,6
Outros Danos em coisas	467,96	238,22	1.938,3	302,3	172	75,5
Automóvel	5.234,21	3.541,39	2.868,9	2.200,2	984	123,6
Transportes	1.448,44	1.453,71	1.257,0	1.123,2	794	41,5
Petroquímica	14.827,59	19.461,15	13.981,0	11.565,7	9.366	23,5
R.C.Geral	1.878,41	434,81	552,1	222,0	36	509,6
Diversos	324,96	50,95	45,9	3,8	19	80,6
TOTAL	32.472,38	30.548,61	23.781,5	20.191,3	13,127	53,8
USD	404,93	377,64	277,0	262,7	261	1

Fonte: ISS

Também é possível ver-se a evolução das seguradoras na tabela acima, onde podemos constatar a evolução dos ramos vida e não vida de 2002 a 2006, e tudo indica que o ramo da petroquímica tem sido o mais destacado, de 2002 a 2005 esse ramo cresceu bastante, em 2006 o volume de prémios continuou a aumentar embora num ritmo inferior relação a outros ramos. Mas é notório também o crescimento de outros ramos como Outros danos em coisas. É importante aqui referir que estes valores dizem respeito as empresas Ensa e AAA.

Figura 3- Evolução dos prémios Totais de Seguro Directo



Fonte: ISS

Analisando a Figura-3 podemos observar que os prémios tiveram um crescimento entre 2002 a 2006, a Ensa e a 3AA apresentaram sempre prémios muito próximos, quanto à GA Seguros apresenta valores muito baixos e pode ser explicado pelo facto de essa empresa ter começado a sua actividade em 2005.

3.5-Análise do ambiente de risco do sector segurador angolano

Willet em 1901⁸ definiu risco como correlação objectiva da incerteza, o que significa que quanto mais provável for a variação da perda em relação à média tanto mais elevado é o grau de incerteza.

Os riscos mais frequentes são:

Risco do negócio - Os riscos do negócio (*business risks*) são aqueles assumidos voluntariamente, a fim de criar vantagem competitiva e valorizar a empresa para seus accionistas. Este risco está relacionado ao sector da economia em que a empresa opera e inclui inovações tecnológicas, desenvolvimento de produtos, alavancagem operacional e marketing. Fraletti e Fama, (2003).

Em Angola as empresas têm o problema de muitas vezes não terem todo o material devidamente informatizado, ou seja muitas vezes não usam da melhor maneira a tecnologia disponível para melhorar a produtividades-nas empresas.

Riscos de Mercado – dizem respeito as mudanças nos preços (ou volatilidades) de activos e passivos financeiros, sendo mensurados pelas mudanças nos resultados ou no valor das posições assumidas. Fraletti e Fama, (2003). No entanto cada seguradora deve ter a capacidade de reduzir os efeitos resultantes do risco de mercado.

Riscos morais - O risco moral ou perigo moral ocorre quando os agentes económicos, que têm um bem segurado podem afectar a probabilidade ou magnitude do pagamento ligado a este evento. Em decorrência de prejuízo ser mínimo ou nenhum, ou seja, zero, ou quase zero, eles mudam os seus comportamentos passando a não se preocuparem com o bem em questão, como argumentam Martins, et.al (2008).

⁸ Citado por Silva; 2000

Este risco é preocupante, e com o frequente aumento do nível de delinquência e de fraudes oportunistas e premeditadas, tal situação agrava – se nos países em que há um alto nível de delinquência como é o caso de Angola.

3.6- Ética no mercado segurador angolano

A Ética pode ser definida como sistema de princípios ou práticas, ramo da filosofia que define o que é moralmente certo ou errado, bom ou mau, justo ou injusto e a melhor forma de actuar no interior de uma colectividade. A ética no entanto é a base da responsabilidade social expressa nos princípios e valores adoptados pela organização, o que pressupõe que não há responsabilidade social sem ética nos negócios.⁹ Num cenário globalizado em que nos encontramos hoje, há cada vez mais cobranças e exigências por parte da sociedade, pela transparência dentro das organizações, tanto no trato com os clientes, fornecedores, serviços prestados, para que não sejam enganados e que não prejudiquem o meio ambiente.

O tema ética foi aqui chamado à atenção tendo em conta que o seguro é uma actividade lucrativa, cujo objectivo é proporcionar algum bem ao assegurado. No entanto temos aqui em consideração o comportamento ético das seguradoras angolanas tendo em mente que Angola ainda necessita de uma legislação que encarne toda

⁹ É importante referenciar que a ética não é um conceito recente tendo em conta que segundo (Rego, et.al 2006) A ética tem raízes filosóficas e na perspectiva de Sócrates, a ética compreende todas as acções que permitem atingir as virtudes, qualidades pessoais boas em si próprias e determinantes do grau de bondade existente em todas as outras realidades, já para Aristóteles foi num entanto o primeiro filosofo a enquadrar ética num contexto social, referindo que o bem de um só homem é importante, mas mais importante ainda é o bem de toda sociedade. Tais autores trazem a tona os padrões éticos que são contemplados em códigos deontológicos, e mostram que um exemplo pode ser encontrado no código da *Society for human Resource Management*, que tem como linhas de orientação gerais os seguintes: Aderir aos mais elevados padrões de comportamento ético-profissional, Medir a eficácia das pessoas em função da contribuição para o alcance dos objectivos organizacionais, Cumprir a lei, Fazer trabalho consistente com os valores da profissão, e Velar pelo alcance dos mais elevados níveis de serviço, de desempenho e de responsabilidade social, etc.

realidade social económica-financeira dos angolanos, pois a legislação do sector segurador em alguns ramos é antiga, e por outro lado encarna ainda realidades de outros países, assim como Brasil e Portugal. Assim, o facto de algumas seguradoras angolanas concentrarem em si vários ramos do mesmo negócio configura-se como um comportamento monopolista do mercado, tal facto pode ser um chamariz para atitudes menos éticas da parte dos responsáveis de seguro.

É hoje evidente que o desenvolvimento económico só é possível se existir um mecanismo colectivo de partilha e redução de perdas. A relação entre prémios de seguro e PIB é uma correlação quase perfeita (próxima de 1) e auto-correlacionada, crescimentos dos seguros e, devido à transformação de prémios em capital, o crescimento dos seguros influencia o crescimento da economia pela via do crescimento do investimento. Silva (2000).

Angola é um país que teve envolvido numa guerra civil durante anos, e como consequência disso a estrutura demográfica e económica está totalmente alterada. O sector económico de Angola tem vindo a crescer grandemente, desta forma o mesmo afigura – se como um sector muito importante porque o seu crescimento tem sido bastante positivo, e este crescimento deve ser acompanhado de boa supervisão, tendo em conta que as atitudes da supervisão serão determinantes para a estruturação do mercado. Nazaré (2008). Esta supervisão é feita pelo Instituto de Supervisão de Seguros (ISS) que é o responsável do controle supervisão legal, técnica e económica do sector de seguros e de fundos de pensões em Angola.

O sector segurador por sua vez permite uma melhor expansão da poupança, salários, e emprego, e naturalmente tais factores vêm sempre melhorar a economia. O sector segurador também é de grande importância pois protege os riscos de sociedade quer individuais (pessoas individuais) quer de Empresas, uma vez que pode ser considerado como um investimento a longo prazo.

3.7 -Análise dos factores sociais e culturais

Angola encontra-se numa fase de reestruturação, e muitos ainda não despertaram para a nova realidade socio-económica que o país está a viver. Há o facto de as pessoas terem emigrado duma zona para outra, neste caso para a capital de Angola o que torna a cidade muito povoada, essa emigração acaba tendo vantagens pelo facto dessas pessoas tentarem melhorar a sua qualidade de vida e para tal necessitam de uma garantia para viver melhor o que as leva a recorrerem aos seguros. No entanto é importante dizer que a apetência dos angolanos para os seguros ainda é fraca pelos seguintes factores:

Pouco conhecimento dos seguros por um lado em consequência do alto nível de analfabetismo que atingi os 55%, por outro lado, pela pouca promoção destes serviços no seio das populações. Com este facto já é razão para o surgimento de novas seguradoras pois o mercado angolano ainda está sedento de serviços de seguro, e os mesmos podem ter como objectivo vender micro seguros para poder afectar a camada mais desfavorável, a experiência mostra que em países com cultura similar à de Angola este negócio é bastante rentável. Angola é um país único em várias facetas e isso deve-se a factores étnicos, educacionais, e de formação, o que prediz que as seguradoras

existentes devem aproveitar indicadores novos que não existam em outros mercados para conseguirem desenvolver-se e dar melhor qualidade de serviços aos cidadãos. Desta forma contribuem para o desenvolvimento sustentável, cabendo a elas terem a capacidade de inovar e manterem um espírito empreendedor.

O acesso a saúde de boa qualidade constitui um sério problema do país o que pode ser uma razão para o investimento em seguros de saúde, assim como também o acesso a educação, tais factores podem fazer surgir planos de poupança reforma e educação.

Em síntese, a apetência das pessoas pelo seguro ainda é fraca. Segundo Domingas Nazaré (2008) talvez por factores culturais¹⁰, ideológicos ou religiosos, ou porque a segurança económica é muitas vezes canalizada através das famílias.

3.8- Requisitos de capital e legislação aplicável à actividade seguradora

Em Angola exige-se como capital social mínimo para a constituição de uma sociedade anónima de seguros os seguintes montantes: 4000.000,00 de dólares para explorar o ramo não vida, no caso da exploração do ramo vida o valor é de 5000.000,00 e para explorar os dois ramos vida e não vida o valor é de 6000.000, para as mútuas é de USD 200.000,00.¹¹

¹⁰ A cultura de uma sociedade ou de uma organização é um complexo e vasto conceito que integra todos os traços de natureza, espiritual ou material característico do comportamento, do agir social e dos valores que enformam a vida social, Rosa (1994)

¹¹ Decreto Executivo nº 05/03 de 24 de Janeiro

Diferente de países como Estados Unidos da América e Japão, em Angola é permitida a exploração cumulativa dos ramos vida e não vida, isso talvez deve-se a dimensão do mercado e ao tipo de seguros que o mercado oferece.

O pedido de autorização para a constituição de uma sociedade anónima de seguros deve ser dirigido ao Ministério das Finanças através do Instituto de Supervisão de Seguros.

A lei n.º 1/00, de 3 de Fevereiro regula o exercício da actividade seguradora e da mediação de seguros em todo território nacional, por sua vez o Decreto Executivo n.º 5/03 de 24 de Janeiro aprova o regulamento sobre as regras e procedimentos para autorização e funcionamento das seguradoras em Angola.

3.9- Competitividade no sector segurador angolano

A concorrência é um fenómeno decorrente de qualquer economia, a necessidade de entradas de novos *players* no mercado é constante e sempre bem-vinda. No entanto, com relação à livre concorrência, o mercado segurador em Angola é um pouco distorcido, visto que existe uma Lei de Co-seguros Obrigatórios, e isso faz com que determinados sectores considerados estratégicos para as seguradoras – aviação, mineração (diamantes), saúde e petroquímico estão incluídos nesta Lei – sejam obrigatoriamente divididos entre as 7 companhias. É cada vez mais positivo o surgimento de novas iniciativas no mercado segurador, pois elas tornam o mercado mais competitivo e conseqüentemente mais eficiente. E como frisou um responsável de

seguros em Angola o importante é que a concorrência seja leal, transparente e se pautar por critérios de legalidade, para que constitua um factor de maior rigor na gestão. A necessidade concorrencial torna-se ainda mais pertinente tendo em conta a procura dos serviços, a sede de seguros por parte dos cidadãos faz com que, muitas vezes, para certos seguros obrigatórios como é o caso do seguro de automóvel, a procura seja tão elevada que as seguradoras nem sempre conseguem dar conta da situação, a procura suplanta a oferta.

No entanto segundo Ricardo (2001) a concorrência oferece vantagens suficientes para induzir os pioneiros a inovar, e também força a conformidade com os padrões existentes, mas somente oferece a oportunidade e algum estímulo para novos domínios. Um outro ponto que importa aqui frisar é o facto de que no mercado angolano e não particularmente no mercado segurador muitas vezes o preço do produto não é justo, contrariando Ricardo (2001) que afirma que é o custo de produção que, em última análise determina o preço dos produtos e não como se tem frequentemente dito, a proporção entre a oferta e a procura na realidade afecta o valor de mercado de um produto, até que a sua oferta seja mais ou menos abundante consoante a sua procura possa aumentar ou diminuir, mas este efeito será só de curta duração.

A política de concorrência tem assim um papel a desempenhar para que a abertura dos mercados produza os efeitos económicos positivos deles esperados. Carvalho (1992)

3.10- Importância da supervisão e do resseguro em Angola

Compete ao Ministério das Finanças a coordenação e supervisão, controlo e fiscalização da actividade seguradora¹². Mas tal acção de supervisão é feita pelo Instituto de Supervisão de Seguros (ISS) que é uma pessoa colectiva de direito público dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Tem como objectivos essenciais supervisionar a actividade de seguros e ou resseguros, em conformidade com a política económica e financeira nacional impulsionando o desenvolvimento equilibrado do mercado, definindo as regras para o bom funcionamento do sector segurador, e o exercício da actividade de mediação de seguros, das sociedades gestoras de fundos de pensões e actividades complementares dos seguros.¹³

Segundo Batista (2004) A função do resseguro é de assumir uma parte dos riscos (companhia cedente), para lhe evitar as consequências funestas de um sinistro muito elevado, ou a acumulação accidental de um certo número de sinistros, em determinado momento da sua existência. Tal actividade encontra-se bem regulamentada.¹⁴Do estudo feito ao mercado segurador angolano toda a informação nos leva a concluir que as empresas seguradoras angolanas recorrem muito ao resseguro.

3.11-Solvência II

A margem de solvência de uma empresa corresponde ao seu património, livre de toda e qualquer obrigação previsível e deduzida dos elementos incorpóreos. A solvência

¹² Lei nº 01/00 de 3 de Fevereiro, Capitulo III Controlo e supervisão da actividade, artigo 10º.

¹³ Decreto nº 63/04 de 28 de Setembro, Capitulo II artigo 3º.

¹⁴ Decreto nº 06/01 de 2 de Março, Capitulo I, artigo 1.

das empresas de seguros está relacionada com a capacidade que estas demonstram em cumprir pontualmente todas as obrigações que se deparam no decorrer da sua actividade. Barroso (1999). Ela é regulada pelo despacho nº09/03 de 21 de Fevereiro.

3.12-Estudo comparativo da actividade seguradora nos países da região da SADC

Fazer um estudo comparativo do mercado de seguro em África é uma tarefa difícil, fruto das desvantagens que as economias africanas¹⁵ apresentam em relação às europeias e não só, fora os problemas que o continente já tem¹⁶, aliando ao facto de não possuírem uma moeda única porque a maior parte das moedas africanas estão indexadas ao dólar americano. No entanto a falta de harmonização fiscal e diferenças na legislação de seguros, obstáculos de natureza económica e de natureza cultural e outros constituem um entrave ao crescimento dos seguros em África. ISP (1999)

Os países africanos continuam numa senda muito lenta em termos de crescimento de seguros, África representa menos de 1% do mercado mundial¹⁷, com excepção a África do Sul.¹⁸ Ver Tabela nº 7.

¹⁵ África é talvez o mais radical desafio à presente ordem mundial e aos valores ocidentais. Na sua enorme diversidade, nas imensamente variadas gentes e costumes, na densidade da sua história, na antiguidade das suas linhagens e tradições, na altivez do seu imaginário, África entra no séc. XXI desafiando o contrato social, o racionalismo, as luzes, o tempo em linha recta e o progresso ilimitado. (Franco 2006)

¹⁶ Segundo Monteiro (2001) em 1995 no índice do desenvolvimento humano (IDH) num total de 174 países, dos quais 20 países menos desenvolvidos do mundo 18 são africanos. África é o continente menos industrializado, acrescentando ao facto das administrações apresentarem carência de quadros, assim como problemas de inflação constante.

¹⁷ Em 2003 o mercado mundial dos seguros alcançou 2.900 mil milhões de dólares, enquanto o continente africano representa 1,1% deste mercado contribuindo somente com 31 mil milhões, África também tem a quotização média por habitante mais fraca do mundo, seja 36 dólares por habitante, contra 1.350 para a América, 1.252 para a Europa, 1.449 para a Oceânia e 1883 para a Ásia. União Africana (2008).

¹⁸ A África do sul possui a economia mais desenvolvida do continente africano, sozinha ela representa cerca de 25% do PIB do continente, sozinha produz em média $\frac{3}{4}$ da riqueza anual total da região da

Como podemos notar a nível da SADC a África do Sul é o país que está mais desenvolvido em termos de seguros. Dados recentes de 2009 demonstram a África do Sul, como um país em que o mercado de seguros cresce grandemente, prova disso é que o sector segurador foi responsável por 15% do PIB.

Tabela VI

Alguns indicadores da actividade seguradora nos países da SADC/2006

	Nº de Seguradoras	Prémios de Seguro Directo (milhões USD)	Taxa de penetração Prémios S.D/PIB	Densidade de Seguros prémios S.D/População (em USD)
Angola	6	404,93	1,14%	26,1
África do Sul	186	38,455,00	14,98%	811,3
Botswana	14	287	2,45%	170,8
Lesotho	5	62	4,14%	34,4
Maurícias	19	314	4,35%	261,7
Moçambique	5	63,25	0,88%	3,1
Namibia	21	232	3,45%	128,9
Zimbabué				
Zambia	14	112	1,26%	9,5
Tanzania	16	89	0,79%	2,4

Fonte: Relatório do ISS

3.13- Formas de aprofundamento das parcerias entre empresas seguradoras da CPLP

Muitos esforços têm sido feitos para dinamizar as relações entre os países que fazem parte da lusofonia, ou países da CPLP (Comunidade dos países de língua oficial

SADC. Segundo a União Africana (2008) os dez primeiros lugares da classificação das companhias de seguros em África são ocupados pelas companhias sul-africanas. As duas Companhias, Sanlam e Old Mutual estão a frente, com uma grande diferença de classificação muito longe dos seus seguidores imediatos, em 2004, estas duas companhias registaram mais de 10 mil milhões de dólares de prémios, e as restantes atingiram um valor de pelo menos 300 milhões USD.

portuguesa)¹⁹ para aprofundar o relacionamento entre empresários no espaço lusófono. Este tipo de cooperação pode trazer numerosas vantagens para os empresários, particularmente através da partilha de riscos, do acesso permanente a formas de *know-how* e tecnologias, assim como do acesso aos mercados e às fontes de financiamento dos parceiros comunitários. AIP (1997). Parcerias como de Angola e Portugal para a criação de novos investimentos na área dos seguros têm sido uma mais-valia, uma vez que há uma sinergia o que faz com que os dois países sejam beneficiados.

3.14-Limitação para novos produtos no mercado segurador angolano

Os países africanos têm particularidades especiais que contribuem tanto positivamente como negativamente para o crescimento do sector segurador, no entanto é importante neste capítulo falar de alguns inconvenientes ou limitações inerentes a este mercado.

A sociedade angolana é essencialmente constituída por pessoas de baixa renda, isso em si já constitui uma limitação para as seguradoras, porque elas têm de trabalhar para prémios e benefícios de valor mais reduzido o que muitas vezes não compensa o trabalho que se tem para criação de uma apólice. Seguindo o fio condutor exposto, a disparidade de classes, faz com que muitas vezes os clientes de perfil de risco baixo sejam prejudicados com taxas sobreavaliadas, e os clientes de perfil de risco elevado

¹⁹ Os objectivos gerais (pilares base) são a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural, e económico, de forma a conjugar iniciativas para a promoção do desenvolvimento dos seus povos, a afirmação e divulgação crescentes da língua portuguesa e o reforço da presença dos sete organismos internacionais. Para tanto a comunidade deverá promover a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os sete, com a contribuição da experiência de organizações governamentais. Imperial (2006), citando a Declaração constitutiva e estatutos da CPLP.

sejam beneficiados com taxas subavaliadas, esta situação desencorajará os clientes de baixo risco e subsidiará os clientes de alto risco. Silva (2001)

Por conseguinte a falta de *know-how* de algumas seguradoras para enquadrar-se e poderem criar micro - seguros para a população de baixo rendimento, também constitui um impasse, assim como dificuldades práticas, como falta de cooperação da parte dos cidadãos, e a escassez de informação.

3.15- Caracterização da Ensa e evolução depois do fim do monopólio

Em 1º de Fevereiro de 1978, através de decreto nº 17/78, foi criada a Ensa (Empresa nacional de seguros e resseguros de Angola, UEE) dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira, que iniciou a sua actividade a 15 de Abril do mesmo ano. A lei 1/2000, lei geral da actividade seguradora em Angola marcou o início da reforma do sector, altura em que perde o monopólio do mercado.

Até 2009 a Ensa oferecia 35 produtos de seguros, sendo o mais solicitado acidentes de trabalho, seguindo-se o de saúde, aviação e construção e montagens. A empresa tem tido um crescimento muito acentuado em todos os ramos que oferece tais como, seguros para viagens e acidentes de trabalho. O ramo de seguro de acidentes de trabalho também está a crescer vertiginosamente, na medida em que se trata de um seguro obrigatório para todas as empresas, embora se note ainda alguma resistência ao cumprimento da

lei²⁰. O seguro de responsabilidade civil automóvel nas diversas modalidades também teve um grande aumento fruto da obrigatoriedade, em cumprimento da lei²¹.

3.16- Perspectivas futuras do sector segurador angolano

Apesar dos resultados positivos alcançados no domínio económico, o processo de reconstrução económica é complexo e dispendioso, sendo por isso necessária a mobilização de fluxos financeiros públicos e privados, essencialmente em forma de investimento passíveis de suprir o fosso de recursos entre os disponíveis e os necessários para a criação de outros fundamentos económicos para lá da economia mineral. Merece ainda particular destaque novas leis²² e políticas do governo que vêm melhorar a oportunidade de investimento.

O facto de as pessoas darem cada vez mais abertura aos seguros fruto da nova realidade que vivem, as pessoas de rendimento médio vêm cada vez mais a necessidade de procurar serviços de seguros que não sejam em si obrigatórios, tal apetência já constitui razão para investimento, aliando ao facto de que a Ensa neste momento ser a única seguradora que se encontra em todo o país, o que pressupõe que as outras seguradoras ou novas seguradoras poderão investir. O mesmo pode ser feito através da aceleração da introdução de novos produtos²³, ou micro-seguros para ir de encontro às necessidades dos cidadãos.

²⁰ Este seguro é regulado pelo Decreto nº 53/05 de 15 de Agosto.

²¹ Este seguro é regulado pelo Decreto nº 35/09 de 11 de Agosto.

²² Lei de bases do investimento privado, lei dos incentivos e benefícios fiscais, lei do fomento do empresariado privado nacional.

²³ Ver Inovação e desenvolvimento de novos produtos, Ramos (1999)

CAPÍTULO IV- ANÁLISE DOS RESULTADOS DA SEGURADORA ENSA POR AUMENTO DA PRODUÇÃO NO RAMO AUTOMÓVEL

Analizamos as contas da seguradora Ensa de 2001 - 2006. Usando o balanço e demonstração de resultados da Ensa de 2001 - 2006, estimamos os valores para os anos seguintes até 2010, uma vez que conhecíamos a produção real do 1º semestre de 2010. A seguir foi feita a projecção de 2010 a 2013 partindo da informação sobre prémios do primeiro semestre de 2010, como mostra a Tabela VII a seguir.

Tabela VII

Produção 1º semestre 2010

Valores em USD

Período em análise	Produto	Produção			
		Prémios emitidos			
		Novas	Continuadas	Total	%
1º Semestre	Acidentes	1.538.633	17.049.908	18.588.542	12.38%
	Automovel	31.766.266	45.521.430	77.287.697	51.46%
	Multi-riscos	86.739	597.479	684.219	0.46%
	Incendio	514.959	2.381.859	2.896.819	1.93%
	Resp.civil	41.651	452.376	494.027	0.33%
	Marítimo casco	45.568	208.819	254.387	0.17%
	Aviação	1.273.894	14.380.129	15.654.023	10.42%
	Tranporte de cargas	87.723	7.054	94.778	0.06%
	Roubo de valores	1.332.542	930	1.333.472	0.89%
	Engenharia	339.836	482.144	821.981	0.55%
	Mineiro	91.667	20.694	122.360	0.07%
	Petroquímica	-	613.000	613.000	0.41%
	Estrutura	-	-	-	
	Agro-pecuaria	-	-	-	
	Saúde	7.109.168	24.258.059	31.367.227	
Total	44.228.646	105.973.881	150.212.532	100%	

Fonte: Ensa

Atendendo à legislação que tornou obrigatório o seguro automóvel, e como já é visível pelo quadro anterior, usamos uma taxa de crescimento implícita de 15,48% tendo em conta os prémios de seguro directo de 2006, e o valor da produção do 1º semestre de 2010. Analisamos o impacto nos resultados caso a produção do ramo automóvel tenha um aumento significativo nos próximos 3 anos.

Tabela VIII

Estimativa do crescimento no ramo automóvel

Produção	2011	2012	2013
Ramo Automóvel	25%	50%	75%
Todos os ramos	30%	40%	60%

Este estudo permite conhecer a evolução da produção da Ensa ao longo de 7 anos, assim como também poderemos observar as taxas de rendibilidade da mesma.

De referir alguns indicadores em que nos baseamos para tirar algumas conclusões.

O ROA é o rácio de rendibilidade que procura avaliar a eficiência dos activos em termos de produção de resultados, ou seja mede os lucros de uma empresa comparados a seu investimento total.

O ROE é um rácio que mede o retorno do capital próprio durante um determinado período, normalmente um ano. O ROE é visto como um dos rácios financeiros mais importantes. Mede a eficiência de uma empresa a gerar lucros a partir do activo líquido e mostra o potencial da empresa em aplicar investimentos no sentido de aumentar os resultados.

O Rácio de Liquidez Corrente é normalmente usado para medir a solvência de curto prazo da empresa. O mesmo é a relação entre os activos da empresa e o passivo da empresa.

Os Rácios apresentados evidenciam a nossa perspectiva quanto ao impacto do aumento da produção do ramo automóvel, tendo em conta os valores do balanço e demonstração de resultados, dão credibilidade ao nosso estudo quanto ao crescimento do sector. Ver Anexo 5.

Podemos observar através do rácio de autonomia financeira que rondou os 30,87%, que a empresa tem autonomia financeira, apesar de que em alguns anos o valor teve um decréscimo. Quanto ao ROE, este indicador manteve-se baixo o que indica uma rendibilidade baixa da empresa, ou seja a Ensa está a gerar poucos lucros a partir do seu activo líquido, apesar de que em 2006 a mesma teve uma rendibilidade boa. Nos anos seguintes a rendibilidade foi muito baixa, o que só melhorou em 2013 e isso deveu-se ao aumento na produção em todos os ramos, mas especialmente no ramo automóvel. O ROA também mostrou ser um indicador com valores muito pequenos e em alguns anos negativos o que indica que a Ensa precisa de melhorar a sua performance para que este valor se altere, o rácio de resseguro também continua muito alto o que não proporciona estabilidade para a empresa. Quanto a variação do capital também é notório a sua pouca alteração, o que mostra que a Ensa precisa de novas estratégias para melhorar os seus resultados face o aumento da concorrência. A Ensa poderá usar como vantagem o facto de a sinistralidade ainda continuar a atingir níveis baixos, isto visto através do baixo rácio de sinistralidade o que faz com que o mercado segurador seja mais apetecível para potenciais investidores.

4.1- Conclusões do estudo

O sistema financeiro angolano tem evoluído bastante, os dados dos últimos anos revelam essa situação, apesar de a economia ter sofrido um abrandamento em 2009, , devido à conjuntura económica dos mercados mundiais, factores como a redução do preço do petróleo, aumento da inflação, redução da procura externa, e depreciação da moeda nacional (kz) face ao dólar, e outros influenciaram negativamente. É importante referir que apesar do abrandamento que a economia sofreu, em muitos sectores ainda houve crescimento, tal como no sector segurador, o surgimento de novas seguradoras, a nova legislação e o despertar das pessoas para o sector constituíram uma mais-valia. Os aspectos positivos que podemos aqui destacar ao sistema financeiro em si são: aumento do PIB, aumento das reservas obrigatórias de 15 para 20%, aumento da taxa de desconto de 19,75% para 25%, isso de 2009 para 2010.

Alguns indicadores como a taxa de câmbio, taxa de inflação, e o PIB, merecem uma atenção especial. Quanto ao sector bancário é notório o aumento do taxa de bancarização dos angolanos o que constituiu uma alavanca para o desenvolvimento do sistema. A aplicação constante das normas internacionais é uma necessidade urgente, apesar de que já se nota um esforço dos responsáveis da área para a melhoria da sua *performance* a todos os níveis, isto envolverá maior aposta na criatividade e inovação, assim como diferenciação através de novos produtos financeiros, e qualidade nos serviços. No que concerne ao sector segurador é um sector em crescimento apesar de ser ainda lento por várias razões, sendo que no sector o ramo automóvel e acidentes de

trabalho lideram a lista. É notório a sua importância no sistema financeiro, tanto para a protecção das famílias como para geração de emprego. Pois, como afirma Gilberto, (2010), a redução dos riscos e das incertezas constituem pilares fundamentais para assegurar o desenvolvimento económico e social de qualquer país. Para o sector segurador espera-se a melhora constante dos seus serviços, maior eficiência e eficácia, assim como melhor formação do pessoal, bem como a melhor adequação a tecnologia para melhorar a sua *performance*.

Podemos verificar que o objectivo do nosso trabalho foi cumprido ao vermos melhorar os resultados líquidos da Ensa a partir de 2011, até a estimacão em 2010 o resultado líquido da Ensa apresentava um valor negativo, mas depois do aumento na produçãõ tanto no ramo automovel como em outros ramos, o resultado líquido em 2011 já passou a ser positivo. Também verificamos o mesmo cenário nos prémios até 2010, os mesmos tiveram um aumento mas este não foi muito significativo, embora depois com a nossa projecçãõ o aumento dos prémios já foi considerável. Ver Anexo 5.

Tabela IX

Resultado líquido depois do aumento da produçãõ

Anos	2010	2011	2012	2013
R Líquido	-299.174.665,91	321.788.335,22	1.796.509.841,52	5.538.099.509,48

4.2 -Limitações do trabalho

Ao elaborar o presente trabalho a principal dificuldade foi a falta de dados, o que não permitiu que logo no começo da dissertaçãõ tivéssemos uma base de dados

completa. Tendo em conta essa dificuldade, aproveitamos esta oportunidade para alertar as entidades superiores em Angola e não só, no sentido de facilitarem e apoiarem estudantes na investigação, cedendo dados ou informação sempre que necessário. Tal limitação levou-nos a tentar procurar a melhor maneira de desenvolver o tema sem os dados completos, para que conseguíssemos chegar a conclusões lógicas. Entre 2007 e 2010 não são conhecidos os balanços, e ganhos e perdas da Ensa, sendo que para fazer a previsão do aumento da facturação através do ramo automóvel usamos dados conhecidos do 1º semestre de 2010, e a produção de 2006. Consideramos uma taxa de crescimento implícita para avaliação. Para futuras investigações sugerimos trabalhos que envolvam o estudo da solvência do sector segurador angolano, ou análise do aumento da criação, e ou produção de um ramo específico.

CONCLUSÃO

O estudo realizado significou a concretização dos objectivos do trabalho, permitiu um maior conhecimento sobre a realidade do sistema financeiro angolano, de uma maneira geral podemos afirmar que o processo evolutivo do sistema financeiro constitui um factor imprescindível. Quanto ao sector segurador esperamos que o aumento nos resultados da Ensa realmente se concretize visto ser uma projecção que contribuirá para o crescimento da empresa e consequentemente do sector. Ao sistema financeiro cabe continuar a cumprir a sua finalidade que é de atender as necessidades do mundo empresarial, mormente o sector segurador, comércio, agricultura, indústria, etc., a fim de gerar capital de forma que os agentes económicos o transformem em emprego, rendimento e melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIP, (Associação Industrial Portuguesa). (1997). Guia de acesso a financiamentos á cooperação empresarial na África Subsariana: Editora Medigráfica.

ARMÉNIO, REGO et.al. (2007). Gestão ética e socialmente responsável, 2º edição. Lisboa: RH Editora.

BARROSO, Maria. (1999). Garantias financeiras das empresas de seguro. Editora Universidade Autónoma de Lisboa.

BUANNAIN, M.A et.al. (2002). Políticas de desenvolvimento rural, redução da pobreza e melhoria da distribuição de riqueza. Editora Afiliada.

BATISTA, ANTÓNIO. (2004). A Gestão de crédito como vantagem competitiva. 3º Edição. Editora Vida Económica.

BRANCO, Carlos. (2009). Risco de crédito em carteiras de baixa sinistralidade: Determinação de probabilidades de incumprimento baseada na teoria da credibilidade: Uma aplicação ao sistema bancário português. Tese de Doutoramento em gestão. Universidade Aberta.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA, Relatórios de 2006 a 2010.

CÂNDIDO, et.al. (2000). Sistema financeiro português, IFBA.

CABIDO, JACINTO. (1999). Gestão de crédito bancário, Ulmeiro Editora

CAETANO, ESTEVES. (2009). Estudos empíricos sobre práticas de gestão de recursos humanos, atitudes e comportamentos do trabalho no sector bancário português.

Revista da Banca

CRUZ, MANUEL. (2006). Fundamentos do processo de decisão estratégica na indústria seguradora portuguesa. Edições Colibri (IPL).

CUNHA, MIGUEL et.al. (1998). Desenvolvimento de novos produtos no sector financeiro português: Distinguindo práticas de sucesso e fracasso. *Paper* 362.

Universidade Nova de Lisboa.

DILOLWA, CARLOS. (1998.) Seguros e resseguros. Editora Caxinde.

DUARTE, DIOGO. (2004). Análise financeira nas companhias de seguro não vida, Relatório de Estágio, ISEG-UTL. Lisboa.

DELOITTE. (2009). Performance anual do sector bancário em Angola. Revista banca em análise.

DELOITTE. (2010). Performance anual do sector em Angola. Revista banca em análise.

FRANCO, MANUELA. (2006). Portugal, os Estados Unidos e a África Austral. Editora Fundação Luso Americana.

FRATELLI. FAMA.(2003). Gestão de riscos de mercado: Elemento diferenciador na administração de empresas não financeiras. Trabalho publicado pela Universidade de São Paulo.

GILBERTO, FERNANDO.(2010). Os desafios da indústria seguradora. Lidel Editora.

INSTITUTO DE SUPERVISÃO SE SEGUROS. Boletim anual da actividade seguradora e dos fundos de pensões de 2002-2006.

MONTEIRO, RAMIRO. (2001). A África na política de cooperação Europeia, Editado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UTL).

NAZARÉ, DOMINGAS. (2008).A ENSA e a reforma do sector segurador em Angola. Editora Caxinde.

NEVES, JOÃO. (1995). Questões disputadas, 55 perguntas sobre a economia do nosso Tempo. Editorial Verbo.

OLIVEIRA, SÓNIA. (2002). Movimentos de concentração de seguros em Portugal, Tese de Mestrado em economia monetária e financeira. ISEG-UTL. Lisboa.

OLIVEIRA, ANA. (2002). Sector bancário europeu 1990-2001 a sobrevivência dos mais eficientes. Revista da Banca. Lisboa.

PIRES, MARIA. (2003). Supervisão bancária- Requisitos de fundos próprios em Portugal, Tese de Mestrado em Economia Monetária e Financeira. ISEG-UTL. Lisboa.

PIRES, ANTÓNIO. (1999). Inovação e desenvolvimento de novos produtos. Edições Silabo.

SILVA VICTOR. (2003). Competitividade em tempo de mudança, uma banca diferente surgiu nas décadas de 80 e 90. Revista da Banca.

SILVA,PEREIRA. (1993). Introdução a técnicas e operações financeiras na seguros Editora ASA.

SILVA, PEREIRA. (1993). Breves ensaios sobre seguros, Editora ASA.

SILVA, CARLOS. (2001). Temas de Banca, Edição Montepio.

VICENTE, SÃO. (2000). A Gestão Política da Economia de Angola, Editora N'zila.

Principais *sites* consultados

Ango Notícias <http://www.angonoticias.com/>

Banco Nacional de Angola www.bna.ao

Banco de Portugal www.bportugal.pt/pt-PT/

Instituto de Seguros de Portugal (ISP) www.isp.pt

Ministério das Finanças <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspsintesegeeraloge2009.htm>

Portal Oficial dos Serviços de APR <http://www.pr.ao/angola/ver/economia>

União Africana www.africa-union.org